

Ameaça da IA à gestão pública: o tropeço norte-americano



» LUANA RAMOS SAMPAIO
Auditora do TCE-ES,
advogada internacional,
mestre em direito
e pesquisadora em
ética, inovação e
comunicação pública

Washington Post revelou que o relatório continha dezenas de links quebrados, referências duplicadas, trechos copiados e até menções a estudos inexistentes. Além disso, o texto apresentava marcadores típicos de geração automatizada — como o termo *oacite* —, indicando o uso de IA generativa sem a devida revisão humana especializada.

A repercussão foi imediata. Parlamentares como o senador Chris Van Hollen e a senadora Elizabeth Warren criticaram duramente o documento lançado. Warren declarou: “É vergonhoso que os pais americanos tenham que lidar com pseudo-ciência e estudos gerados por IA em relatórios oficiais da Casa Branca sobre a saúde de seus filhos” (tradução livre).

A comunidade científica reagiu com perplexidade. A ausência de revisão técnica rigorosa e a falha no controle de qualidade expuseram um erro grave: a violação do princípio básico para o uso ético de IA na administração pública — o controle e a revisão humanos qualificados. A credibilidade do governo federal foi seriamente abalada.

O caso MAHA escancarou uma crença arriscada que cresce em instituições públicas e privadas: a crença de que a inteligência artificial pode substituir a inteligência humana qualificada. Ferramentas automatizadas podem, sim, apoiar análises, organizar dados e acelerar diagnósticos. Mas jamais substituirão a capacidade crítica, o discernimento ético e a responsabilidade técnica de profissionais capacitados.

Governos que reduzem investimentos em ciência, apostando em soluções automatizadas sem formação humana competente, caminham para

institucionalizar a desinformação. Quando isso atinge áreas sensíveis, como a saúde infantil, o dano deixa de ser apenas técnico e se torna humano, ético e social.

O uso responsável da IA exige regulamentação clara, formação continuada de servidores, cultura de governança e, sobretudo, valorização de especialistas com sólida competência técnica. A gestão pública — especialmente em temas como saúde, educação, justiça e meio ambiente — demanda mais do que ferramentas: exige preparo, ética e compromisso com o bem comum.

A confiança institucional, o planejamento estratégico e a vida das pessoas não podem ser pautados por documentos artificiais, construídos sem rigor metodológico, por agentes despreparados para liderar políticas públicas. O episódio do MAHA Report da gestão Trump não foi apenas um tropeço técnico. Foi um alerta global. A inteligência artificial é uma ferramenta poderosa — e, como toda ferramenta poderosa, exige critério, responsabilidade e consciência dos seus limites.

O futuro da IA no setor público será promissor apenas se estiver guiado por mãos humanas — capacitadas, responsáveis e comprometidas com a ciência, a ética e a vida da população. A gestão pública e as decisões políticas que impactam a população não podem ser conduzidas por improvisos, tampouco guiadas por alucinações de algoritmos. Quando o que está em jogo são vidas humanas — especialmente de crianças —, a tecnologia deve servir à proteção da vida, à ética e à dignidade, e não substituí-las. Qualquer uso que se desvie disso rebaixa a IA de uma ferramenta promissora para um risco inaceitável.

INSS acumula erros, até quando acerta



» JOSÉ NATAL
Jornalista

Em qualquer campanha política que se faça no Brasil, a qualquer sinal de crise ou de queda do candidato nas pesquisas, a culpa de imediato cai nas costas da comunicação. Ou a assessoria de imprensa está ruim, ou a equipe de marketing não está sabendo vender o produto. Ou, quase sempre, as duas entidades pagam o pato. Nos bastidores dos governos também é assim. Se o governante acerta é porque tem méritos. Se ele erra, a culpa é da comunicação, talvez por falta de traquejo político, vaidade ou as duas coisas. Isso é cultural, acontece há anos e vai continuar acontecendo.

Na nossa conjuntura política atual, há quem arrisque contrariar um pouco essa tradição. Aqui, no caso, o pano de fundo é uma entidade chamada Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Seria injusto creditar a comunicação, todas as falhas e complicações provocadas pelo instituto ao longo do tempo. Esse episódio recente, da trágica trama de empresas que surrupiaram dinheiro indevido dos aposentados, é apenas a cereja do bolo de uma história que não se conta para criança dormir.

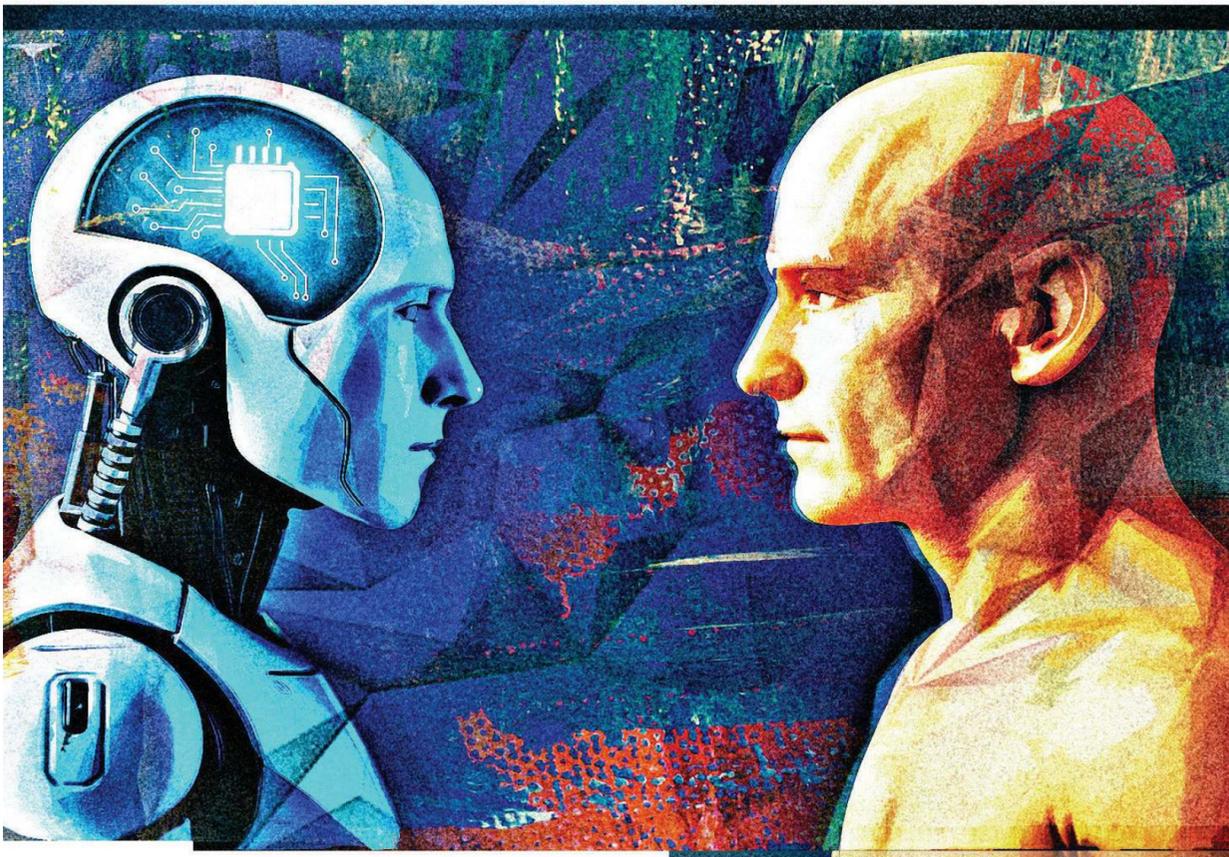
Além do desgaste político e abalo financeiro nas contas do governo, o instituto ainda acumula críticas pela demora nas providências adotadas, burocracia e informações truncadas sobre o andamento das medidas administrativas. E até que isso se resolva, e os prejudicados sejam ressarcidos, problemas antigos continuam e distantes do que de fato o segurado espera. Ou seja, demora no atendimento às questões da comunidade, filas intermináveis e o tempo infinito que os processos levam para uma resposta identificam o que foi e, é ainda, sinaliza que será por muito tempo a questionada forma de agir do INSS.

Criado pelo Decreto nº 99.350, em 27 de junho de 1990, pelo Ministério da Previdência Social, o instituto, embora com boas intenções, tantos anos após o nascimento, parece ter adquirido, ao longo do tempo, mais problemas do que soluções. Nasceu de parto normal durante o governo do presidente José Sarney. Bom lembrar que o atual instituto substituiu o antigo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), criado em novembro de 1966, pelo Decreto-lei nº 72. Seria injusto, e até desonesto, culpar e despejar todas as críticas ao atual sistema, que nunca conseguiu se livrar da política obsoleta e pouca equilibrada de gestões passadas.

Nenhum governo, até hoje, se dedicou como deveria às ações passadas do instituto, que sempre foi alvo de críticas de todos os segmentos da sociedade. Hoje, infelizmente, o que se vê é um INSS abarrotado de processos de toda ordem, pedidos de aposentadorias, auxílio doença, auxílio desemprego e outros auxílios, despejados num balaio de cobranças, que muitas vezes, leva o segurado a descrença, ao desânimo e, não raro, as desistência de conseguir o que procura. Aqui, um paradoxo estranho e curioso. A modernidade chegou, a tecnologia avançou e as cabeças pensantes da política social dos governos passados e atual, até hoje, não conseguiram solucionar de vez problemas antigos, com cara de modernos. Sites avançados, robusto de opções, aplicativos de fácil acesso e outras soluções foram implantados, dando ao sistema um toque de classe e sofisticação quase de primeiro mundo. A parcela da comunidade que mais precisa do INSS é formada por pessoas carentes de conhecimentos digitais, e em muitos casos, sem meios para acompanhar a lógica e necessária eficiência de operação.

Criticar as ações do INSS tornou-se quase que um hábito natural. Alguns porque sentem na pele a dificuldade para serem atendidos, outros porque estão cansados de assistir ano após ano uma sequência de explicações que não resultam em nada. O que há, ou pelo menos é o que parece, é um descompasso entre a demanda e a real capacidade de melhor atender o usuário. Para ilustrar esse cenário, nada parecido com atendimento cinco estrelas, o instituto praticamente acabou com o habitual contato físico com o cidadão. Ou seja, para que alguém seja atendido por um servidor do órgão tem que agendar esse encontro em um posto de atendimento. Para que isso aconteça, o interessado liga para apenas um ramal (135), aguarda 40 minutos para ser atendido e recebe a informação de que, possivelmente, será recebido em algum posto no prazo de 25 a 30 dias. Em Brasília, capital da República, o INSS atende em apenas cinco postos, e quase sempre, dois estão com as portas fechadas.

Todos sabemos que a demanda é imensa e sempre vai aumentar. Mas alguém, algum dia, vai ter que estancar essa avalanche de cobranças que o contribuinte faz, com justiça, e sofre uma impiedosa punição. Os tempos mudaram, mas para o INSS, parece que não.



Carta para Jean-Claude



» ROSE MAY CARNEIRO
Coordenadora do projeto
Cine Pipoca no Rolê (@cine.
pipocanorole), professora de
audiovisual da Universidade
de Brasília e coordenadora
de Extensão da Faculdade de
Comunicação da UnB

nervosa, como se fosse encontrar um personagem de livro. Você entrou no carro com suavidade e logo se pôs a observar a cidade. Em voz baixa, mas firme, comentou sobre como certas estruturas de poder invisíveis influenciam as imagens que vemos e as histórias que contamos. Disse que estava mais do que na hora de virarmos a página ruim da nossa história audiovisual. Falou com a convicção de quem enxerga longe e ainda acredita.

O que poucos sabem, é que nós nunca nos deixaremos esquecer, é que você foi um dos criadores do curso de cinema da UnB. Estava ali, junto de Paulo Emílio Salles Gomes, quando a semente foi plantada. E que semente viva. Nosso cinema nasceu comprometido com o país, com o povo, com a dúvida e com o risco. Obrigada por isso. Por esse chão onde seguimos, firma, pensa e ensina.

Você também ajudou a fundar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Criou um espaço que transformou a cidade num espelho de nós mesmos. E mais do que isso, criou um palco para que o cinema nacional ousasse. Sem você, talvez Brasília não fosse esse ponto de combustão entre estética e política.

Seus livros foram minha escola. *Brasil em Tempo de Cinema*, me rasgou. *Cineastas e Imagens do Povo* desmontou o olhar condescendente sobre o outro. *O Autor no Cinema* ensinou que toda assinatura carrega um corpo, um tempo, uma escolha. *O voo dos anjos*, com Bressane e Sganzerla, me acompanhou durante o mestrado. Foi minha bíblia de noites

longas, de pesquisa em carne viva. Você estava em cada linha que doía e iluminava.

Na universidade, sua presença virou método. Aprendemos a desconfiar da neutralidade, da técnica vazia, da estética que evita conflito. Você nos mostrou que cinema bom incomoda. Que a margem também é centro. Que pensar exige coragem.

Sua homossexualidade nunca foi rodapé. Estava no olhar, no humor, na recusa a caber. Para quem também caminha por fora da norma, ver você ocupar espaços sem se dobrar foi abrigo e possibilidade.

E, então, no fim, você ainda surpreende. Resolve atuar. Aparece nos filmes com aquele corpo magro, expressão densa, silêncio cheio de passado. Falava pouco. Bastava estar. Até hoje me pergunto se naquele momento você foi, enfim, você mesmo, e a gente achou que era papel.

Seu velório no dia 13, às 13 horas, na Cinemateca. A data, o horário, o lugar. A semiótica piscou. A coincidência virou símbolo. A esquerda entendeu.

Você partiu no momento em que a cultura volta a respirar. A Lei Aldir Blanc segue viva, os editais reaparecem, os filmes voltam a circular. Você seguiu o fio durante os anos de escuridão. Agora, entrega-nos a bobina.

Não me despeço. Você continua nas cenas que escolhem o risco, nos livros que ainda exigem releitura, nas perguntas que não se calam. O corte agora é nosso. A montagem, também. Com afeto, respeito e o compromisso de seguir com a imagem viva.

Notícia chegou como corte seco de cena. Você se foi. Brasília silenciou por dentro. Sabíamos que seu corpo já pedia repouso, que a luz se apagava devagar, ainda assim doeu. Não por surpresa, e sim pela dimensão da sua presença. Você ocupava o espaço com escuta atenta, com pensamento em movimento, com silêncio que nunca era omissão.

Escrevo por mim, pelos colegas do audiovisual da Universidade de Brasília e pela Faculdade de Comunicação da UnB (FAC/DAP). Por todos que foram atravessados por você, mesmo sem te conhecer de perto. Seu nome permanece entre nós como gesto, como método, como provocação. Você não gostava de respostas prontas. Preferia a dúvida bem colocada, o ruído no discurso, a pergunta que desestabiliza. Era um questionador por excelência, daqueles que a gente não esquece nem quando fecha o livro.

Nos conhecemos em 2018. Fui te buscar no hotel para uma conversa com a reitora da UnB. Eu estava